

6

Algumas considerações

A conclusão não proporá nenhuma certeza. Os canteiros estão abertos, não estão prontos para serem fechados; então, continuemos!

(Phillippe Perrenoud)

A pesquisa sobre o trabalho docente em uma instituição prisional nos leva a pensar diversos aspectos que envolvem a docência, considerada por Freud como uma profissão impossível, devido a sua complexidade.

O objetivo dessa pesquisa partiu de uma inquietação pessoal e do entendimento da atividade docente como um trabalho interativo, mediado pelas relações entre seres humanos e influenciada pelas condições de atuação. O sujeito privado de liberdade apresenta especificidades que precisam ser (re)conhecidas, a fim de tentar garantir maior efetividade na organização de ações direcionadas a esse grupo.

Os alunos das escolas prisionais integram-se à modalidade de ensino de Jovens e Adultos, a qual está comprometida com a formação humana, a partir do conhecimento e entendimento de quem são esses sujeitos e quais as estratégias e métodos necessários ao atendimento de suas demandas e desejos, que se proponham a ir além da escolarização. Pensar o aluno detento, pressupõe pensar a escola necessária a esses sujeitos, e não a simples transposição, em busca do atendimento legal, de uma escola formal, extra-muros, àquela realidade peculiar. É preciso pensar uma escola capaz de valorizar seus interesses, seus conhecimentos prévios, de motivá-los em busca do conhecimento. Ao professor cabe fazer parte do (re)conhecimento desse grupo, da proposição de estratégias mais eficazes a fim de dar conta das necessidades do grupo, de propor uma escola mais flexível.

Entendemos, a partir da pesquisa realizada, que a escola formal, implementada na prisão, não parece eficaz no que se refere ao cumprimento dos objetivos impostos pela educação carcerária: reintegração social do sujeito

privado de liberdade. Esse jovem ou adulto e o ambiente em que as atividades educacionais se desenvolvem são por demais específicas; tornando-se, então, primordial uma organização escolar diferenciada para o atendimento daquele grupo, naquele espaço. É claro, que o profissional que ali atua também precisa de um atendimento diferenciado, seja durante sua formação inicial ou continuada.

Faz-se mister ao professor que atua no espaço da prisão conhecer as relações de poder a que estão subjugados os alunos e identificar os efeitos da cultura da prisão sobre todos aqueles que transitam no ambiente prisional. Ninguém sai imune aos efeitos do que se convencionou chamar “prisionização”.

As observações e entrevistas revelaram que, embora atuando em local insalubre, enfrentando situações adversas durante o exercício do ofício, reconhecendo a insuficiência dos recursos e dos conhecimentos adquiridos na formação para agir naquele contexto e as diversas necessidades de seu objeto de trabalho, os profissionais de ensino têm maior satisfação em exercer a docência na escola prisional do que nas escolas extra-muros, onde sua carga de trabalho é maior e os enfrentamentos com os alunos são os principais motivos de suas queixas e insatisfações. É importante percebermos que ao sentirem-se confortáveis em viver a experiência docente na prisão, os profissionais deixam claro as dificuldades de toda ordem que têm enfrentado no exercício do magistério, na contemporaneidade, em nossas escolas; fator esse que tem desencadeado vários estudos sobre o mal estar docente e a síndrome de Burnout, que acometem professores por todo mundo.

Embora os professores entrevistados reconheçam que na escola prisional o trabalho é *vivível*, destacando como ponto de maior satisfação as relações dos professores com os alunos, também atestam a necessidade de maior valorização econômica por parte dos governantes, pois todos que atuam em presídios recebem uma gratificação pelo desempenho em local insalubre e perigoso, menos os profissionais de ensino, que se fazem expostos a riscos de toda sorte, inclusive de saúde, pelo contato com alunos portadores de diversas doenças, como hepatite, sarna, conjuntivite, entre outras.

Por outro lado, percebemos que essa reconhecida satisfação em trabalhar em uma escola prisional pode estar relacionada à ausência de políticas públicas referentes a esse grupo e ao “esquecimento” em que vivem esses profissionais por parte das autoridades responsáveis. Sendo assim, há a sensação de maior

autonomia e liberdade no trabalho, as cobranças e exigências referentes a atualizações do corpo docente praticamente não existem; os alunos, seus familiares e sociedade civil acabam por enaltecer esse profissional de ensino pelo simples fato de frequentar o espaço da prisão, oferecendo ensinamentos àqueles esquecidos e excluídos do convívio social. Destacamos, pelos resultados obtidos, que a carga de trabalho do professor na escola prisional, seja o tempo de trabalho junto ao aluno ou de preparo das atividades é menor quando comparado com as atividades direcionadas aos alunos das escolas extra-muros, sendo esse um fator de atratividade para o exercício da docência na escola na prisão.

Chamou-nos a atenção o tempo de magistério e a idade do grupo pesquisado, pois nesse estágio da carreira, os profissionais, dificilmente, enveredam por caminhos que os tragam novos desafios, privilegiando espaços de atuação já conhecidos, em que se sintam seguros. Consideramos que o trabalho docente desenvolvido no ambiente prisional traga, apesar de algumas surpresas e necessidades de adaptação, maior satisfação a esses profissionais que enfrentam, em seu dia-a-dia, uma sobrecarga de trabalho e um esgotamento emocional, principalmente, pela não valorização de seu trabalho e pelos problemas disciplinares com os alunos.

Urge (re)pensar uma formação inicial e continuada que “abraçe”, a partir dos conhecimentos produzidos pelos trabalhadores sobre seu trabalho, as particularidades dos espaços diferenciados de ação pedagógica, como as escolas prisionais, e que, principalmente, forneça mais ferramentas para que o professor possa lidar melhor com seu objeto de trabalho, articulando com maior eficiência a formação acadêmica com a prática cotidiana.

Conhecer e reconhecer o trabalho dos professores exercido nas escolas prisionais nos pareceu um caminho apropriado para dar início à discussão sobre o projeto de reintegração do sujeito privado de liberdade à sociedade e destacar as difíceis situações enfrentadas pelos profissionais de ensino no exercício da atividade nas escolas extra-muros, a ponto de levá-los a sentirem-se satisfeitos em viver a atividade no interior de uma prisão, espaço de massificação e limites.

Temos a consciência da importância da pesquisa, mas também entendemos que muito ainda há de se *saber* sobre as práticas desenvolvidas no espaço da prisão e de se *fazer* por ambos os grupos, agentes das escolas prisionais, equipe pedagógica e alunos.

Compreendemos a educação carcerária e o trabalho docente como fundamentais e imprescindíveis para possibilitar aos sujeitos privados de liberdade vislumbrarem outros caminhos, entretanto, reconhecemos a impossibilidade de sozinha conseguir a reintegração desses indivíduos à sociedade. Não podemos ver a educação de forma isolada, pois compreendemos que ela precisa estar associada ao trabalho, e ambos associados a uma política de reinserção social, junto à assistência social, à psicologia, a outras áreas, atuando de forma interdisciplinar, para que pensem junto nessa reintegração social do indivíduo, quando em liberdade. O trabalho docente nas escolas de presídio deve ser entendido como uma das estratégias para reinserção dessas pessoas ao meio social; precisa, porém, estar mais bem planejado, subsidiado pelas instâncias superiores responsáveis pela educação carcerária e integrado a um projeto em que se incluam a assistência social ao preso e a seus familiares, a possibilidade de trabalho, dentro e fora do cárcere, suporte jurídico e assistência à saúde, entre outros.

É preciso que a educação carcerária e as escolas prisionais funcionem de fato e de direito, se quisermos pensar na recuperação dos sujeitos privados de liberdade. Torna-se de suma importância a proximidade entre as secretarias de justiça e de educação, a fim de desenvolverem um projeto consciente e passível de realização nas instituições prisionais. Sem a diminuição das lacunas apresentadas na pesquisa, seja no que se refere à ausência do Estado suprindo as demandas da educação carcerária, seja no que se refere à insipiência do trabalho docente nessas instituições de ensino, continuaremos com a sensação de oferecermos àqueles sujeitos privados de liberdade apenas conforto e um espaço para o diálogo durante a estada na prisão. Deixamos, assim, de reconhecer a educação como instrumento de transformação.